



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A

CNPJ: 03.584.906/0001-99



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A** é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Foi criada em 1997 pela Lei Estadual nº 11.741 e tem como principal acionista o Estado do Paraná. Nos termos das disposições estatutárias, a Agência realiza operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de fundos constitucionais, dos orçamentos estadual e municipal, e organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento.

A Agência de Fomento é depositária de recursos financeiros destinados a programas e projetos relacionados ao financiamento e promoção do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico e à melhoria da competitividade no âmbito do Estado do Paraná.

Para o cumprimento de sua missão, que consiste em “promover o desenvolvimento econômico e social no Estado do Paraná, através de apoio técnico e financeiro a iniciativas empreendedoras compatíveis com as estratégias do governo”, a Agência atua na:

- Intermediação financeira de produtos adequados às demandas de desenvolvimento econômico e social;
- Gestão de fundos de financiamento específicos para o desenvolvimento do Estado;
- Execução de programas de financiamento de caráter especial de responsabilidade do Estado.

Com a finalidade de otimizar a gestão de empresa de modo a facilitar a consecução de seus objetivos estratégicos, a AFPR vem desde o início de 2007 trabalhando na implantação de Sistema de Gestão Integrado (ERP - Enterprise Resource Planning). No primeiro semestre de 2008, continuaram em curso as atividades correlatas à esta implantação. Espera-se com isso conseguir a ideal estruturação da AFPR no que tange à automatização de procedimentos. Tal atividade encontra-se em sua fase final, estando prevista a conclusão da implantação para o início do segundo semestre do corrente ano.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Na Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná - PDE fixada pelo Governo do Estado no segundo semestre de 2007, que serviu de orientação para a elaboração do Plano Plurianual - PPA de Investimentos para o período 2008-2011, o papel da AFPR é destacado como fornecedora de recursos para crédito, reconhecendo que não existe desenvolvimento sem o mesmo, pois ele viabiliza projetos de investimentos públicos e privados que geram os efeitos multiplicadores de longo prazo.

Nesse contexto, e em sintonia com outros órgãos do Governo do Estado, a AFPR está desenvolvendo uma série de linhas de crédito para atender aos programas governamentais, visando especialmente concentrar seus esforços em ações que reduzam as disparidades regionais, atendendo as regiões socialmente críticas respeitando as características econômicas locais. Exemplo desse esforço é a disponibilização de financiamentos para os produtores da agricultura familiar e para micro e pequenas empresas, em especial na modalidade de microcrédito. Por outro lado, reconhece a necessidade de apoiar empreendimentos de cunho tecnológico genuinamente paranaenses que tenham condições de alavancar a economia do Estado, financiando inicialmente as empresas abrigadas em incubadoras.

Também nessa linha, a AFPR foi, por meio da Resolução nº 972/2007 de 18/10/07, do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL, nomeada membro da Comissão de Financiamento do CODESUL, cujo objetivo é a identificação de fontes de recursos, a implementação de programas integrados comuns de financiamento ao desenvolvimento regional e a convergência institucional do crédito ao desenvolvimento no âmbito da região Sul do Brasil incluindo o estado do Mato Grosso do Sul. Referida comissão é composta pelos presidentes das diretorias do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e das agências estaduais de fomento que existem na região abrangida pelo CODESUL, a saber: CAIXA-RS, BADESC e AFPR.

PROGRAMAS DE CRÉDITO

Como instituição de fomento, a Agência prioriza, desde 2002, o atendimento aos microempreendimentos formais e informais tendo operado sob a denominação de Banco Social, aos municípios do Estado mediante financiamento a investimentos com recursos próprios da instituição e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, bem como implementou medidas operacionais para atendimento às empresas e agricultores através do repasse de recursos do sistema BNDES, buscando um modelo de sustentabilidade financeira e institucional que permita o cumprimento de sua missão.

I) Microcrédito

Criado com a finalidade de apoiar microempreendedores formais ou informais excluídos do sistema de acesso ao crédito, o programa representa importante instrumento para a geração de trabalho e renda no Estado, tendo liberado até hoje mais de R\$ 113 milhões através de quase 30 mil contratos beneficiando empreendedores localizados em 353 dos 399 Municípios do Paraná.

Suspenso em meados de abril/2007 para avaliação e reorganização, o Programa retornou no primeiro semestre de 2008 atendendo às diretrizes estratégicas do Governo do Estado expressas no PDE.

II) Financiamentos ao Setor Público

a) Sistema de Financiamento aos Municípios - SFM
Recursos de capital próprio da AFPR originários do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU e destinados à promoção do desenvolvimento urbano, serviços básicos e bens públicos necessários à modernização da estrutura dos Municípios. O programa é operacionalizado em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e o Paranaidade tendo atendido, desde 2002, a 329 municípios, repassando mais de R\$ 533 milhões através de 1.727 contratos. O capital destacado para operações no referido Sistema chega a R\$ 726 milhões.

b) Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná - PROMAP

Instituído em maio de 2006, o PROMAP tem como objetivo financiar a renovação e expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários dos municípios, tendo sido destacados inicialmente R\$ 50 milhões para seu atendimento, sendo elevados para R\$ 100 milhões durante o ano de 2008. É também operacionalizado mediante termo de cooperação técnico-operacional firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e o Paranaidade, tendo aprovado até junho de 2008, 252 financiamentos a 92 municípios totalizando R\$ 42 milhões liberados.

III) Programa de Financiamento às Empresas Incubadas - FINTEC

Lançado em maio de 2008, o programa tem como objetivo apoiar os empreendimentos que se desenvolvem no âmbito das 20 incubadoras tecnológicas participantes da Rede Paranaense de Incubadoras Tecnológicas - REPARTE mediante financiamento de seus investimentos que têm como característica o alto índice de alavancagem dos recursos aplicados.

IV) Repasses de Recursos do BNDES

O atendimento a micro e pequenas empresas e ao pequeno produtor rural com recursos BNDES foi iniciado em 2005 com financiamentos do Programa Moderfrota mediante contrato de cooperação técnica, operacional e financeira com parceiros do sistema. Em 2007 o público-alvo foi atendido com recursos próprios da instituição conforme identificado no próximo item devido às características dos investimentos, mas a AFPR mantém conversações permanentes com aquela fonte visando a identificação de oportunidades para repassar recursos ao setor produtivo do Estado.

V) Financiamento à Agricultura Familiar e Pequenos Produtores Rurais

A Agência de Fomento é parceira da Secretaria de Estado da Agricultura e da EMATER na implementação de programas de apoio à agricultura familiar e aos pequenos produtores rurais, estruturando mecanismos financeiros que viabilizam a segurança para os tomadores de crédito e reduzem os custos, como o fundo que avaliza os financiamentos que os produtores captam junto às instituições financeiras no mercado, a garantia de equivalência-produto no pagamento das prestações e equalização de taxas

de juros. E, em casos em que recursos tradicionais como os do PRONAF não atendem as necessidades de todos agricultores, a AFPR aloca recursos próprios para financiamento, como é o caso do Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários lançado no segundo semestre de 2007. Encontra-se em fase final de elaboração o Programa de Financiamento à Irrigação Noturna, com perspectiva de início da operação ainda no segundo semestre de 2008, incorporando o benefício da equalização da taxa de juros pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

VI) Outras Operações com Recursos Próprios

Além dos programas de financiamentos citados, a AFPR deverá alocar recursos em outros programas relacionados à sua missão e sempre de acordo com suas diretrizes estratégicas, respeitando a condição de sustentabilidade financeira exigida de uma instituição participante do sistema financeiro nacional.

SERVIÇOS DE GESTÃO DE FUNDOS

Além dos programas de financiamento financeira estruturando e operando financiamentos, a AFPR realiza serviços de gestão operacional e financeira de ativos pertencentes ao Estado sob a forma de fundos ou de ativos financeiros.

I) Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná

A AFPR é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná, concebido pelo Governo do Paraná para concessão de garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos a produtores rurais que não dispõem de bens suficientes para subsidiar empréstimos junto à rede bancária conveniada. Atualmente a instituição parceira é o Banco do Brasil. O limite estipulado para garantir operações agrícolas é de R\$ 7,9 milhões, valor que alavanca junto ao parceiro até R\$ 79 milhões em financiamentos concedidos. O Governo ampliou o benefício, incluindo a faixa D do PRONAF e estuda a alocação de novos recursos visando adequar os benefícios à demanda prevista no decorrer do presente exercício.

II) Gestão de Outros Fundos / Ativos

a) O Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE é destinado a apoiar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado mediante apoio financeiro às empresas. Nos próximos exercícios, uma parte será utilizada para concessão de subvenção econômica citada no item IV, como cobertura de equivalência-produto no pagamento das prestações ou equalização de juros em financiamentos concedidos a agricultores familiares por instituições financeiras conveniadas, nos programas Trator Solidário e Irrigação Noturna;

b) Gestão dos bens, direitos e obrigações de contratos pertencentes ao Estado do Paraná, denominados “Ativos do Estado”, originários da operação de venda do Banco do Estado do Paraná S.A., desde 28.03.2001;

c) Estão sendo desenvolvidas ações no sentido de identificar e avaliar novos fundos e ativos financeiros que possam ser geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A, conforme estabelecido no Planejamento Estratégico desta empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estabelecimento da Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná - PDE o papel da AFPR como instrumento de desenvolvimento do Estado está claramente delineado, devendo suas ações serem pautadas pelo cumprimento de seu Planejamento Estratégico que tem como base três diretrizes básicas: a melhoria de sua estrutura e organização, a melhoria na performance dos serviços e a dinamização de suas ações atuando em novos espaços aderentes ao PDE. Neste sentido, a Agência tem como prioridade a articulação com as demais instituições públicas do Estado visando a unidade governamental e a ação conjunta em busca do desenvolvimento econômico e social, priorizando as regiões com menores índices de desenvolvimento.

A DIRETORIA.

Curitiba, 25 de julho de 2008.

Balanco Patrimonial - Valores Expressos em Milhares de Reais

ATIVO	2008	2007
CIRCULANTE	356.002	349.091
DISPONIBILIDADES	40	22
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	273.885	281.263
Carteira Própria (Nota 4)	273.885	281.263
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	81.501	67.648
Operações de Crédito (Nota 5)	83.180	69.120
Setor Público	78.658	53.567
Setor Privado	4.522	15.553
(-) Provisão p/ Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 5d)	(1.679)	(1.472)
OUTROS CRÉDITOS	540	143
Adiantamentos Diversos	226	91
Depósitos em Garantia	44	-
Impostos e Contribuições a Compensar	225	52
Devedores Diversos - País (Nota 6)	45	-
OUTROS VALORES E BENS	36	15
Material em Estoque	29	9
Despesas Antecipadas	7	6
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	626.101	544.439
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	238.863	244.316
Carteira Própria (Nota 4)	238.863	244.316
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	385.124	299.773
Operações de Crédito (Nota 5)	387.524	300.676
Setor Público	380.360	296.167
Setor Privado	7.164	4.509
(-) Provisão p/ Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 5d)	(2.400)	(903)
OUTROS CRÉDITOS	2.114	350
Depósitos em Garantia	2.114	350
PERMANENTE	591	460
IMOBILIZADO DE USO (Nota 7a)	425	333
Outras Imobilizações de Uso	970	797
(-) Depreciações Acumuladas	(545)	(464)
DIFERIDO (Nota 7b)	166	127
Gastos c/ Aquisição e Manutenção de Logísticos	221	130
(-) Amortização Acumulada	(55)	(3)
TOTAL DO ATIVO	982.694	893.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PASSIVO	2008	2007
CIRCULANTE	22.113	14.097
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	2.031	745
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	2.031	745
FINAME	2.031	745
OUTRAS OBRIGAÇÕES	20.082	13.352
COBRANÇA E ARRECADAÇÃO TRIBUTOS E ASSEMBELHADOS	3	-
IOF a Recolher	3	-
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	13.063	12.178
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	12.483	11.670
Impostos e Contribuições a Recolher	580	508
DIVERSAS	7.016	1.174
Dotação para Aumento de Capital	294	-
Despesas de Pessoal	435	365
Outras Despesas Administrativas (Nota 8)	5.667	723
Prov. p/ Passivos Contingentes (Nota 9)	358	-
Credores Diversos - País	262	86
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	15.809	43.868
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	1.587	2.260
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	1.587	2.260
FINAME	1.587	2.260
OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.222	41.608
DIVERSAS	14.222	41.608
Dotação para Aumento de Capital	2.709	32.294
Prov. p/ Passivos Contingentes (Nota 9)	11.513	9.314
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	944.772	836.025
Capital		
De Domiciliados no País	733.787	683.787
Aumento de Capital (Nota 10b)	42.390	-
Reservas de Capital	4	3
Reservas de Lucros	161.631	146.568
Lucros Acumulados (Nota 10d)	6.960	5.667
TOTAL DO PASSIVO	982.694	893.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado

Valores Expressos em Milhares de Reais

	2008	2007
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	54.492	53.162
Operações de Crédito	26.765	21.558
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	27.727	31.604
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(1.081)	(597)
Operações de Empréstimos e Repasses	(168)	(141)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(913)	(456)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	53.411	52.565
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(11.415)	(20.335)
Receitas de Prestação de Serviços	-	42
Despesas de Pessoal	(3.102)	(2.760)
Outras Despesas Administrativas (Nota 8)	(5.680)	(6.494)
Despesas Tributárias	(2.558)	(2.565)
Outras Receitas Operacionais	853	25
Outras Despesas Operacionais (Nota 11)	(928)	(8.583)
RESULTADO OPERACIONAL	41.996	32.230
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	41.996	32.230
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(14.772)	(13.912)
Provisão para Imposto de Renda	(10.858)	(10.213)
Provisão para Contribuição Social	(3.914)	(3.699)
LUCRO LÍQUIDO	27.224	18.318
Número de Ações:	776.177	683.787
Lucro Líquido por Ação do Capital Social - (Em R\$)	35,08	26,79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Origens

e Aplicações de Recursos

Valores Expressos em Milhares de Reais

	2008	2007
A - ORIGENS DOS RECURSOS	95.199	51.071
Lucro Líquido	27.224	18.318
Depreciações e Amortizações	65	60
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	27.289	18.378
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	154	-
RECURSOS DE ACIONISTAS	45.100	4.018
Ágio na integralização de Capital	1	-
Aumento de Capital - Incorporação	42.390	-
Dotação para Aumento de Capital	2.709	4.018
RECURSOS DE TERCEIROS	22.656	28.675
- Aumentos dos Subgrupos do Passivo	13.271	10.052
Obrigações por Empréstimos e Repasses	168	-
Provisão para Passivos Contingentes	699	8.457
Outras Obrigações	12.404	1.595
- Diminuição dos Subgrupos do Ativo	9.385	18.623
Títulos e Valores Mobiliários	9.385	18.474
Outros Créditos	-	132
Outros Valores e Bens	-	17
B - APLICAÇÕES DE RECURSOS	95.214	51.065
INVERSOES EM:	162	6
Imobilizado de Uso	162	6
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	59	130
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	42.996	50.597
Operações de Crédito	42.524	50.597
Outros Créditos	472	-
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	51.997	332
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	332
Sociais e Estatutárias	51.997	-
C - (REDUÇÃO) AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES (A - B)	(15)	6
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA: DISPONIBILIDADES		
- Início do Período	55	16
- Fim do Período	40	22
- (Redução) Aumento das Disponibilidades	(15)	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2008 e 2007 - Valores Expressos em Milhares de Reais

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL:

A Agência de Fomento do Paraná S.A. é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, criada pela Lei Estadual nº 11.741, de 19 de junho de 1997, alterada pelas Leis Estaduais nº 12.401, de 30 de dezembro de 1998 e nº 12.419, de 13 de janeiro de 1999, tendo por objeto social apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

- Fundos constitucionais;
- Orçamentos estadual e municipal;
- Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento.

NOTA 02 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS:

Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, ressaltamos:

- Apuração do Resultado:
O resultado é apurado pelo regime de competência.
- Segregação de Prazos:
Os valores de direitos realizáveis e obrigações exigíveis estão segregados, respectivamente, em Circulante e Longo Prazo conforme estabelecido na Lei nº 6.404/76.
- Títulos e Valores Mobiliários:
A carteira própria está composta de títulos de renda fixa, que estão avaliados pelo custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, deduzidas as provisões para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.
- Operações de Crédito:

As operações de crédito encontram-se demonstradas pelos montantes dos créditos perante os mutuários, atualizados em conformidade com as correspondentes disposições contratuais.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 editada pelo Banco Central do Brasil, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação com o nível de risco de cada operação.

e) Provisão p/ Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:
Está constituída conforme critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 editada pelo Banco Central do Brasil, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização de créditos a receber.

f) Ativo Permanente:
Está demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações dos bens do Ativo Imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais abaixo descritas:

Equipamentos de Uso.....	10%
Sistema de Comunicação.....	10%
Sistema de Processamento de Dados.....	20%

continua

